

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

TRABALHO FINAL DA DISCIPLINA DE PSICOPATOLOGIA I

A Psicologia frente a patologização e medicalização da vida

Graduandos: Lilian Meira Souto e Rodrigo
Antonio de Mattos Toso
Professora: Dr^a. Magda Zurba

Trabalho final apresentado à disciplina
Psicopatologia I, do curso de Psicologia da
Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis
2020

Resumo

Este estudo tem como tema a análise do crescente fenômeno de patologização e medicalização da vida na contemporaneidade. Para tal, utilizamos para discussão as contribuições do materialismo histórico e dialético de Marx e Engels e da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski e Leontiev, segundo suas articulações com a ontologia dos afetos de Espinosa. Estas concepções teóricas partem da compreensão de ser humano como ser histórico e social, nos permitindo analisar este fenômeno não apenas como efeito reduzido ao indivíduo e determinado biogeneticamente, mas como processo de adoecimento psíquico dos sujeitos à luz das condições sociais que o produzem. A discussão aqui presente busca apontar para a importância da superação do paradigma biomédico e incorporação de um debate crítico sobre como a macro-estrutura capitalista produz o adoecimento dos sujeitos.

Palavras-chave: Patologização; Medicalização; Psicologia Histórico-Cultural

Introdução

O materialismo histórico-dialético permite uma compreensão do ser humano como ser social e histórico, de modo que suas vivências objetivas, o contexto no qual se encontra inserido, bem como os fatores que compõem a totalidade de suas experiências, são internalizados e remanejados na sua subjetividade particular. Assim, compreende-se que as emoções e sentimentos humanos, ao serem objeto de análise, devem, necessariamente, ser contrapostas aos aspectos macro-estruturais presentes na sociedade contemporânea. Só assim poderão ser compreendidos os fatores que determinam o psiquismo dos sujeitos do século XXI (Silva, 2001).

Ao escrever sobre as condições sociais que levam ao adoecimento dos sujeitos, Marx (2006) destaca o individualismo e a competição entre os homens como marcadores da sociedade capitalista:

(...) Cada indivíduo está isolado dos demais, é um entre milhões, numa espécie de solidão em massa. As pessoas agem entre si como estranhas, numa relação de hostilidade mútua: nessa sociedade de luta e competição impiedosas, de guerra de todos contra todos, somente resta ao indivíduo ser vítima ou carrasco. Eis, portanto, o contexto social que explica o desespero e o suicídio. (Marx, 2006, p. 16).

Ancorados nas contribuições de Marx e objetivando a construção de uma Psicologia emancipadora dos sujeitos, teóricos soviéticos como Vigotski, Leontiev e Luria trabalharam avidamente para compreender a construção social do psiquismo humano. Sem negligenciar fatores biológicos e hereditários, tais teóricos atuaram para compreender o processo de formação das funções psicológicas superiores a partir do contexto sócio-histórico-cultural no qual se encontram os sujeitos. Para Vigotski (2000), o individual não é oposto, mas a forma superior de sociabilidade. Parafraseando Marx, o autor afirma que “a natureza psicológica da pessoa é o conjunto das relações sociais, transferidas para dentro e que se tornaram funções da personalidade e formas da sua estrutura” (2000, p. 27).

Deste modo, analisar o processo de adoecimento psíquico dos sujeitos implica analisar as condições sociais que levam a este fenômeno. No contexto do capitalismo, desde os anos 90 o modo de acumulação neoliberal assola os países do mundo. A partir do Consenso de Washington, as diretrizes para a iniciação desse tipo de acumulação capitalista foram lançadas. Algumas delas incluem a produção interna competindo com produtos importados, a acumulação por espoliação - acordos entre o Estado e mercado (com ataques especulativos, privatização) - e fortalecimento de setores pró-imperialistas (Minto, 2011). A partir dessas diretrizes, o mercado nacional, subordinado aos interesses estrangeiros, sofre as consequências de uma política de austeridade que contribui para o descrédito e desmonte das políticas públicas (Safatle, 2017). Associado a isso, a ideologia neoliberal atrelada a discursos morais continua a propagar valores atrelados ao individualismo - sendo a competitividade e a produtividade elementos centrais na manutenção dessa ideologia dominante (Safatle, 2017).

Isso, associado à falta de unidade programática da esquerda brasileira e à crise econômica, política e [mais recentemente, sanitária] consequente acentuação das ideologias neoliberais, contribui para um clima de instabilidade, responsável pela reprodução do medo (Safatle, 2017). É no aspecto da ideologia neoliberal do modo de acumulação que as contradições saltam: a coragem como virtude, a coragem para assumir o risco de viver num mundo que exige a reinvenção dos que nele habitam,

(Safatle, 2017) onde o medo impera, surge como uma ideologia necessária para a sobrevivência da classe trabalhadora superexplorada. O medo nesse sentido parece contribuir para a manutenção das instituições da sociedade moderna na medida em que paraliza os indivíduos n

Nesse sentido, o medo advindo da instabilidade da conjuntura na qual estamos inseridos, opera como um afeto triste incapaz de produzir uma subjetividade revolucionária. Sawaia no texto “Por que investigo a afetividade?” (2000), conceitua o termo segundo a filosofia de Espinosa da gênese afetos. Segundo a autora, os afetos são as afecções do corpo capazes de diminuir (afetos tristes) ou aumentar (afetos alegres) a potência de agir no mundo. A partir dessa noção cabe traçarmos um paralelo com a obra de Vigotski em torno da afetividade. Sendo o autor um leitor de Espinosa, a teoria das emoções em Vigotski parte de uma concepção de que o afeto é um lugar de experimentação em que opera a dialética externo/interno (Sawaia & Silva, 2019). Nesse sentido se utiliza do termo *perezhivanie* para explicitar a relação imaginação e emoção no contato com o exterior e conversão para o interior, ou seja, não reagimos de forma imediata aos estímulos externos, pois a mediação da experiência ocorre via emoção. Dessa forma, o medo media nossas relações com a sociedade capitalista e imobiliza a função imaginária como condição humana para transformação da realidade - “uma particularidade ontológica que garante a potência revolucionária da subjetividade” (Sawaia & Silva, 2019, p. 32).

Associado à instabilidade do regime neoliberal, outros aspectos desse regime também cumprem o papel de reprodutor dos afetos tristes. Segundo Silva e Tuleski (2015), a organização do trabalho na sociedade capitalista se caracteriza pela lógica do trabalho informal e flexibilizado, pelas formas coercitivas de controle e avaliação, ampliação das terceirizações, intensificação das formas de extração do trabalho, etc. A consequência, ainda segundo Silva e Tuleski, de tais mecanismos de exploração da classe trabalhadora se expressa no desconhecimento do homem da sua produção, além da desrealização do ser social, o que corrobora para um sentimento de exclusão e para a lógica de consumo. Esses aspectos da organização do trabalho não parecem possuir um fim na produção de uma subjetividade revolucionária, mas pelo contrário, possuem um fim na normatização da vida e conformação dos indivíduos nas instituições modernas, segundo a lógica capitalista da produtividade e competitividade ancoradas pelo individualismo, o que gera uma cadeia de reprodução dos afetos tristes. Assim, o sintoma desses mecanismos desenvolvidos pelo mercado é uma sociedade adoecida mentalmente (Silva & Tuleski, 2015).

Segundo dados da OMS, entre 2005 e 2018 os diagnósticos de depressão aumentaram em 18%. Em 2017, 322 milhões de pessoas no mundo conviviam com este diagnóstico, esse número no Brasil atinge 5,8% da população (11.548.577) já quanto aos diagnósticos de ansiedade, estes representam 9,3% (18.657.943) do contingente populacional (Bahia, 2017). Considerando que 90% dos casos de suicídio da atualidade está relacionada a algum tipo de transtorno mental e que, segundo o médico Rodrigo de Almeida, na maioria dos casos esse diagnóstico é depressão, não é exagero considerá-lo um problema de saúde pública (Bahia, 2020). Por ano, 12 mil pessoas se suicidam no Brasil, ao caracterizarmos essa amostra identificamos um perfil específico: jovens de 10 a 29 anos, homens e negros (Bahia, 2020) e residentes de países pobres - cerca de 79% dos suicídios ocorrem nesses países (OMS, 2016). Os fatores de risco também denunciam as contradições da sociedade capitalista, dentre eles estão, segundo a OMS: desemprego, sensação de vergonha, abuso de drogas, desonra, desilusões amorosas (Bahia, 2020).

Tais fatores de risco se confirmam numa cartilha produzida pelo Instituto Fiocruz (2020) a respeito da prevenção do suicídio durante o momento da pandemia do vírus COVID-19. Segundo a mesma, o risco de suicídio dentre adultos relaciona-se com o tensionamento entre isolamento social e as tendências de desemprego - um conflito produzido a partir das contradições do sistema que gira em torno do capital. Os adultos responsáveis pela renda familiar se sentem pressionados a romper as normativas do isolamento por conta dessas tendências, colocando-se em risco para infecção. As incertezas comentadas anteriormente e acentuadas pelo momento de pandemia, também são fator de risco entre a população jovem - com medo de perder entes queridos e com a recessão econômica agravam-se os problemas de saúde mental (Fiocruz, 2020).

As contradições produzidas durante a pandemia do vírus COVID-19 aprofunda as desigualdades produzidas estruturalmente e serve de pano de fundo para observarmos concretamente os aspectos em torno da construção da identidade do sujeito moderno. Para isso é interessante observarmos os sujeitos afetados negativamente pela conjuntura segundo suas particularidades.

Os dados apresentados corroboram com a discussão proposta por Fanon onde o sujeito *louco* localiza-se também como sujeito da sociedade capitalista. A respeito dos dados em torno do suicídio de homens negros, na leitura do autor sobre o racismo, o mesmo levanta que “nas sociedades segregadas observa-se um comportamento caracterizado por uma tensão nervosa [entre a população negra] [...], que leva muito rápido ao esgotamento” (2020, p. 284). Coloca que como que de forma introjetada, o negro assimila sua própria condenação advinda dos mecanismos estruturais de sujeição à branquitude reproduzindo a agressividade que lhe foi atribuída através dos sentimentos de culpabilização. Afirma que dentre os sintomas psicopatológicos “encontramos uma tensão psicológica e muscular intensa, que ocasionará cefaleias e úlceras orgânicas”, sentimentos como a inquietude e complexos de inferioridade marcados pela falta de amor próprio são típicos da rejeição.

A discussão da psicopatologia do sujeito negro pode ser realizada enquanto pano de fundo para os dados apresentados quanto a predominância do suicídio entre a população de homens negros e jovens, adoecidos pela sujeição à lógica universal da branquitude.

Em “A ditadura que se perpetua: Direitos humanos e a Militarização da Questão social”, os autores Cruz, Matsumoto, Minchoni e Andrade (2017) reconhecem na figura do jovem negro séculos de uma formação social hierárquica e mantenedora da exploração e da desigualdade: seu corpo e as condições de vida a que é sentenciado(a) “traz as marcas do escravismo, da clandestinidade da cultura (d)e resistência e da repressão; da eugenia e do higienismo, como políticas reproduzidas em larga escala; do racismo autoproclamado científico [...]; da abordagem manicomial e das políticas de controle e hiperencarceramento” (Cruz et al, 2017, p. 240). Hoje, este jovem ocupa funções de menor renda e status no mercado de trabalho, mora em ocupações improvisadas e afastadas pela gentrificação, tem menos acesso à educação e à saúde (quando os acessa, é através de serviços precarizados), tem pouca, ou nenhuma, representação na política institucional e morre mais cedo (Cruz et al, 2017).

Esse quadro é decorrente da própria estrutura social, do modo como se constituíram, ao longo dos séculos, e seguem sendo perpetradas, relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares na sociedade brasileira. A este fenômeno Silvio Almeida (2018) dá a alcunha racismo estrutural: “Aqui, considera-se que

comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra, e não exceção” (Almeida, 2018, p. 83).

Segundo Fanon e corroborando também com os dados de suicídio em países pobres, nos territórios onde havia dominação estrangeira bem como nos países colonizados, algo similar ocorre à população colonizada. A noção de brutalização e infantilização (“fazer-lhe o bem a despeito dele”, p. 289) do nativo associada à uma noção de não-esforço do mesmo, que se opõe frontalmente com a ganância do colono, são formas de encarar os colonizados e que se perpetuam na atualidade (Fanon, 2020). Assim, a réplica do colono à “preguiça” do colonizado é o trabalho forçado (Fanon, 2020), que, no Brasil, correspondeu ao período de escravidão e se estendeu por 273 anos - com consequências como as já comentadas anteriormente à população não-branca brasileira.

Essa compreensão do sujeito não-branco e colonizado como aquele passível do uso da força, infantilizado e brutalizado, é um mecanismo típico das expressões cartesianas de separação entre corpo e mente. “A mente” - enquanto condição intelectual e humanizadora - é desprezada, porque o “corpo”, útil ao colono, precisa ser explorado em todas as suas capacidades físicas. Uma solução proposta por Fanon (2020) ao problema do trabalho forçado e alienado da produção é voltarmos à concepção de trabalho em Marx, como aquele que é responsável pela humanização do homem, onde ao fecundar a natureza, fecunda a si próprio.

Crítica ao modelo biomédico a partir da Psicologia Histórico-Cultural

O modelo biomédico, sendo uma expressão dos mecanismos de controle já referenciados no tópico anterior, promove um assujeitamento do indivíduo a práticas de tratamento paliativas. A título de exemplo pode-se analisar os percursos que a eletroconvulsoterapia (ECT) tomou nesse processo. A ECT foi amplamente utilizada, com renome, no início do séc. XX atendendo à lógica curativista flexneriana de minimização de sintomas, ela consiste em “descargas repetitivas eletricamente induzidas nos neurônios no sistema nervoso central” (Hales, 1992, p. 622). Com a eclosão da Reforma Psiquiátrica na década de 70 esse método passa a ser questionado, o sintoma passa a ser problematizado e analisado como “algo que necessita de cuidado, não de correção” (Silva & Caldas, 2008, p. 353). Nesse sentido, a ECT começa a ser gradualmente substituída, ainda que não totalmente, pela utilização de psicofármacos e antipsicóticos.

Apesar de essa substituição soar como algo positivo, evidencia-se uma certa contradição com os fins aos quais a Reforma Psiquiátrica se propunha inicialmente, especialmente se tratando da utilização de drogas lícitas como principal tratamento psiquiátrico nos anos seguintes à reforma. O *louco* continua a ser encarado como o sujeito que não se adequa às prescrições da ideologia neoliberal, em favor da lógica hegemônica pelos meios da indústria farmacêutica. Silva (2013) faz uma revisão de literatura acerca de tais temáticas e evidencia uma prescrição indiscriminada de psicofármacos dentro da atenção básica, muitas vezes analisado como único tratamento possível.

Visto a necessidade de superação do modelo biomédico e o caracterizando como um paradigma que fragmenta o sujeito numa lógica cartesiana, Saviani (2004), conforme citado por Silva (2001), comenta que cabe à Psicologia ir além do que está aparente e é mensurável. Assim, o objeto de estudo deve se engendrar em torno do indivíduo concreto, alcançando as múltiplas relações que o configuram, bem como as diversas determinações e relações sociais nele sintetizadas. Contudo, segundo o autor, desde que adquiriu status de ciência, a Psicologia se mantém presa ao modelo

empírico de compreensão dos indivíduos, tornando-a um campo do saber altamente fragmentado e descolado dos fatores sociais que atravessam os sujeitos. Estas práticas que ainda predominam hoje tentam estabelecer procedimentos empíricos, por vezes meramente quantitativos, para descrever o psiquismo humano.

Para Lacerda Júnior (2010) as formas fragmentadas de compreensão da existência humana, que separam o sujeito dos fatores sociais e históricos determinantes da vida, atravessam também a Psicologia Científica. Tais aspectos resultam de características presentes no atual estágio do capitalismo que tem como base econômica os princípios da ideologia neoliberal e promove o relativismo como pensamento ideológico hegemônico deste período, contribuindo para a referida fragmentação da realidade social e do mundo do trabalho (Silva, 2001). Esta constatação também está presente em Silva e Tuleski (2015), quando estas autoras reconhecem que a Psicologia atua muitas vezes à serviço das ideologias dominantes “afirmando as divergências de comportamento como desadaptações, *no crescente processo de patologização da vida e culpabilização dos indivíduos em particular* (2015, p. 208, grifo nosso).

Este fenômeno não se restringe à psicologia. Na atualidade, a psiquiatria segue alicerçada ao paradigma biomédico, contribuindo, por meio da classificação dos transtornos mentais e de seus manuais diagnósticos, para que o entendimento e o cuidado do sofrimento psíquico limitem-se às meras descrições de sintomas e prescrições medicamentosas. Com efeito, desde suas primeiras edições O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria, que encontra-se hoje na sua 5ª edição, vem sendo aplicado de forma taxativa, descritiva e autossuficiente. Ao contrário de servir como instrumento para a elaboração e planejamento do plano terapêutico, o DSM vem servindo à galopante expansão da indústria farmacêutica e à patologização generalizada da vida em sociedade.

De acordo com Boarini (2006), o paradigma biomédico faz com que o transtorno mental seja compreendido como algo em si mesmo, corroborando para uma etiologia orgânica e a-histórica que fortalece o papel do médico e da medicação como estratégia de tratamento prioritária. Ao citar a autora, Silva e Tuleski (2015) reiteram:

Em grande parte, estas explicações hegemônicas baseiam-se no que é fenomênico, pelo estudo do que se manifesta e na classificação a partir dos traços exteriores, sem a análise do ponto de vista genético, que prioriza a investigação a partir do desenvolvimento dos processos psicológicos sob condições socioculturais. (Silva & Tuleski, 2015. p. 208).

Segundo Lima (2004) conforme citado por Silva (2011), a partir da expansão dos processos de medicalização, fenômenos humanos complexos têm sido reduzidos tão somente às suas manifestações orgânicas. Ao analisar o Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) o autor demonstra como as explicações acerca desta patologia foram sendo revisadas e modificadas a cada nova versão do DSM: enquanto as primeiras consideravam o transtorno a partir das situações ambientais e psicológicas de cada quadro, ponderando a educação familiar à qual a criança estava submetida; as versões mais recentes do manual, por sua vez, ampliaram os critérios diagnósticos a ponto de incluir pessoas que até então não eram consideradas portadoras de transtornos. É sobretudo a partir da sua terceira edição, editada na década de 80, que as associações diretas entre diagnóstico e tratamento medicamentoso passam a predominar. O autor destaca que as ideias baseadas no

biologicismo genético corroboram para o determinismo e reducionismo biológicos, relegando a segundo plano os aspectos socioculturais imbricados na formação e desenvolvimento do indivíduo. Vigotski já se opunha a esta linha de pensamento, como chama atenção A. A. Puzirei nas notas d'O manuscrito de 1929: "É importante, como formula em seu pensamento principal T.Mann – saber não qual doença tem a pessoa, mas – *qual homem* tem uma dada doença" (2000, p. 44).

Todavia, na atualidade, a patologização e medicalização da vida:

Constituem ainda, uma forma de eugenia que não elimina os indivíduos considerados inadequados para fazer parte da sociedade, mas controla-os com base em ideais de saúde e perfeição - esta característica não se restringe aos aspectos anatômicos, mas também abrange os emocionais e comportamentais. (SILVA, 2011. pp. 223-224).

Como mencionado, embasados nos escritos de Marx e Engels e orientados pelo método materialista histórico e dialético, Vigotski, Leontiev, Luria e demais colaboradores empreenderam através da Psicologia Histórico-Cultural não apenas uma crítica às vertentes explicativas da psicologia ocidental, como abriram campo para a superação das mesmas (Silva, 2011). Segundo Silva e Tuleski (2015), Vigotski via na organização da sociedade capitalista e no modo como nela é tomado o trabalho, a mutilação da natureza humana. Sendo o trabalho uma atividade vital à constituição do sujeito, o sistema produtivo capitalista ao invés de agir como propulsor das aptidões e desenvolvimento do trabalhador, atua, pelo contrário, na alienação do sujeito de suas capacidades humanas, causando prejuízos à formação da personalidade.

Sendo o trabalho unidade de interação do ser humano com a natureza, é a partir dessa categoria que as reflexões marxistas acerca da atividade produtora da subjetividade se configuram. Sobre isso, em O desenvolvimento do psiquismo (2004), Leontiev ressalta que devemos considerar a consciência na sua dependência inerente ao modo de vida, ou seja, pelas relações sociais existentes e pelo lugar que o sujeito ocupa nas mesmas. Considerar o psiquismo no seu devir e no seu desenvolvimento significa pensá-lo como processo de transformações qualitativas. No que tange às particularidades subjetivas da consciência individual, o autor afirma que estas estão diretamente relacionadas às condições de vida em sociedade, uma vez que a subjetividade "(...) decorre do fato psicologicamente fundamental de que a estrutura da consciência humana está regularmente ligada à estrutura da atividade humana" (Leontiev, 2004, p. 106).

A este respeito, Vigotski e seus colaboradores representam o rompimento com a lógica individualista e fragmentada de compreensão do desenvolvimento humano. Ao reconhecer que as funções psicológicas superiores se desenvolvem a partir da relação real entre pessoas, ou seja, que são sociais antes de se tornarem individuais. Contudo, o autor não identifica no contexto social o fator determinante da formação da personalidade. Ao contrário, reconhece no processo de individualização do que outrora foi social, meios de influência do sujeito sobre si. Em igual medida que o indivíduo se apropria da bagagem sociocultural de seu contexto, desenvolve-se como sujeito transformador de sua realidade, constituindo a si próprio e o seu meio social, dialeticamente: "A pessoa influencia a si *de forma social*. Aqui já estão dados o modo de domínio da conduta e os meios (isto é, ato instrumental)" (Vigotski, 2000, p. 39).

O papel da Psicologia

À luz destas considerações, podemos refletir que frente ao atual cenário de profunda crise social, em seus múltiplos âmbitos (política, econômica, sanitária, ambiental, etc), a tarefa que se apresenta à Psicologia, enquanto ciência e profissão, é posicionar-se: continuará atuando de modo a responsabilizar o indivíduo pela sua adequação às condições insalubres do atual estágio do capitalismo ou irá romper com o cuidado puramente cosmético, superficial, à que resumem por vezes a clínica psicológica e mesmo as práticas psicossociais? Cabe à uma psicologia verdadeiramente interessada na promoção de saúde lutar pela construção de uma realidade social emancipadora dos sujeitos, voltar-se para o desenvolvimento integral do ser humano em suas diversas capacidades, não contentando-se simplesmente em agir no sentido de apaziguar as revoltas e docilizar os sujeitos.

Se dedicando a responder às contradições apontadas, o autor Delari (2012) elenca cinco elementos de ser da vida social, para a construção de uma clínica verdadeiramente histórico-cultural:

(1) a luta de classes no seio das relações de produção; (2) as instituições; (3) os grupos; (4) a inter-subjetividade; e (5) o indivíduo como ser social. Podemos dizer que os campos que mais estão a descoberto nas obras de Vigotski, às quais tivemos acesso até o momento, são os “grupos” e as “instituições”... Por certo, a existência social de um ser humano concreto é sempre atravessada por estes cinco modos de articulação, aos quais poderíamos complexificar com eixos igualmente importantes como gênero e etnia, entre outras formas culturais de relação entre as pessoas que lhes confirmam algum tipo de identidade e/ou distinção com relação aos demais seres humanos. (Delari, 2012, p.)

O exercício para a Psicologia, nesse sentido, se dá no âmbito de localizar os interesses de forma macroestrutural, não como mera abstração da realidade, mas entendendo que a consciência é construída nesse meio - sou consciente de mim quando ajo no mundo segundo os meus interesses ou segundo os interesses de um outro reconhecido por mim (Delari, 2012). Assim, se entendemos a nível microestrutural que a dinâmica da personalidade - drama - é um processo cheio de tensões (Sawaia & Silva, 2019), não seria diferente a nível macroestrutural. Apreender a realidade a qual nos referimos é estar a par das contradições objetivas tanto do mundo interno quanto do externo ao sujeito.

A partir dessa concepção, a subjetividade revolucionária, segundo os preceitos da atividade humana na realidade, se constrói sob as bases de uma Psicologia para a libertação. Martin Baró enuncia que a Psicologia latino-americana sofre de certa miséria histórica por conta da dominação colonial (2011), manifestada na subjetividade do indivíduo colonizado e reproduzida enquanto dominação epistemológica. Assim, a aceitação acrítica de modelos científicos com uma importação a-histórica dos esquemas ideologiza a produção científica latino-americana, que por vezes se volta a bases cognitivistas segundo os modelos em moda nos Estados Unidos e demais países colonizadores (Baró 2011). Para redefinir nossa bagagem teórica, segundo a luta de nossos próprios povos latino-americanos, é necessário empreender os esforços para a construção de um novo horizonte e de novas epistemologia e práxis (Baró, 2011)

Portanto, o horizonte da Psicologia enquanto ciência e área de atuação deve centrar-se em atender os problemas das maiorias populares, como por exemplo a questão da miséria opressiva que configura em uma condição de marginalização dependente das grandes maiorias latino-americanas (Baró, 2011). O mesmo autor (2011), aponta que o que há de mais objetivo na luta pela emancipação dos povos

latino-americanos é a libertação histórica das estruturas sociais que os oprimem. A subjetividade revolucionária deve, então, estar a serviço da libertação dos povos latino-americanos assim como a alfabetização de Freire, segundo o autor, esteve ao incorporar a ruptura com cadeias de opressão pessoal com as de cunho social.

Sob este ângulo é necessário produzir uma epistemologia do "oprimido" que comungue discussões a partir das categorias socialmente marginalizadas. Assim, tomando o trabalho enquanto unidade da práxis humana, envolver-se com a transformação da realidade é buscar por uma práxis que reflita esses interesses epistemológicos (Baró, 2011) - afinal, a práxis é critério para a teoria (Lukács, 2013). Dessa forma a politização da Psicologia se faz necessária, romper com a atuação em instâncias de controle, investir na pesquisa participativa e agir conforme uma ética consciente das desigualdades são estratégias com um fim na libertação (Baró, 2011).

À psicologia cabe, então, a desideologização da ciência, como um processo de participação na vida dos setores populares e a potencialização do próprio povo (Baró, 2011). Nesse sentido a categoria de subjetividade revolucionária, segundo a aproximação da filosofia espinosista e do materialismo histórico dialético através do método proposto por Vigotski na histórico-cultural, contempla as necessidades impostas pelo contexto latino-americano. Isso visto que ao afirmarmos a importância da ontologia dos afetos e elevarmos as contradições do drama, produzimos potência de agir frente a realidade e a autonomia relativa daquele em relação.

Referências Bibliográficas

- Almeida, S.L. (2018). Estado e Direito: a construção da raça. In: Silva, M.L.; Farias, M.; Ocariz, M.C; Neto, A.S. (Orgs), *Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro* (pp. 81-96)
- Bahia. (2020). OMS alerta: Suicídio é a 3ª causa de morte de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos. Acesso em: 11 Nov. 2020, do endereço Sesab - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia: <http://www.saude.ba.gov.br/2020/09/10/oms-alerta-suicidio-e-a-3a-causa-de-morte-de-jovens-brasileiros-entre-15-e-29-anos/>
- Bastos, Luís Felipe Cunha Sardenberg. "OPAS/OMS Brasil - Aumenta o Número de Pessoas Com Depressão No Mundo | OPAS/OMS." Pan American Health Organization / World Health Organization, 23 Feb. 2017, www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5354:aumenta-o-numero-de-pessoas-com-depressao-no-mundo&Itemid=839.
- Baró, M. (2011). *Para uma Psicologia da Libertação*. UCA Editores. (pp. 180-197).
- Boarini, M.L. & Borges, R.F. (1998). Demanda infantil por serviços de saúde mental: sinal de crise. *Estudos de psicologia*, 3(1).
- Cruz, A. V. H., Minchoni, T., Matsumoto, A. E., & de Andrade, S. S. (2017). A Ditadura que se Perpetua: Direitos Humanos e a Militarização da Questão Social. *Psicologia Ciência e Profissão*, 37, 239-252.
- Delari J, A. (2012) O sujeito e a clínica na psicologia histórico-cultural: diretrizes iniciais. Umuarama-PR: Mimeo. (pp. 1-17)
- Fanon, F. (2020) Encontro entre a sociedade e a Psiquiatria. In: Safatle V. (org) *Alienação e Liberdade*. São Paulo: Ubu Editora. (pp. 268-291)
- Greff, A. P., Melo, B. D., Lima, C. C., Pereira, D. R., Alves, E. G., Cornejo, E. R., ... & Cescon, L. F. (2020). Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: suicídio na pandemia COVID-19.
- Hales, R. (1992). *Tratado de psiquiatria*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lacerda Júnior, F. (2010). *Psicologia para fazer a crítica: Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi*. Tese de Doutorado. PUC Campinas.
- Leontiev, A. N. (2004). *O desenvolvimento do psiquismo*. 2ª. Edição. São Paulo: Centauro.
- Lima, R.C. (2004). *A Construção contemporânea de bioidentidades: um estudo sobre o transtorno do déficit de atenção hiperatividade (TDAH)*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Marx, K. (2006). *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo.

- Minto, L. W. (2011). A educação da “miséria”: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. (Tese de doutorado: Universidade Estadual de Campinas)
- Organização Mundial da Saúde. “Suicídio - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana Da Saúde.” [Www.Paho.org](http://www.paho.org), www.paho.org/pt/node/72968. Acessado em: 10 Nov. 2020.
- Safatle, V. (2017) Só mais um esforço. São Paulo: Ed. Três Estrelas
- Sawaia, B. B. (2000) Por que investigo a afetividade? Texto apresentado para concurso à categoria de Professor Titular do Departamento de Sociologia da PUCSP.
- Sawaia, B. B. & Silva, D. N. H. (2019) A subjetividade revolucionária: questões psicossociais em contexto de desigualdade social. In: Toassa, G. et. al (org) Psicologia Sócio-Histórica e Desigualdade Social: do Pensamento à Práxis. Goiás: Editora Imprensa Universitária.
- Silva, M. A. S. D., & Tuleski, S. C. (2015). Patopsicologia Experimental: Abordagem histórico-cultural para o entendimento do sofrimento mental. Estudos de Psicologia (Natal), 20(4), 207-216.
- Silva, M. L. B.; Caldas, M. T. (2008). Revisitando a Técnica de Eletroconvulsoterapia no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Psicologia: Ciência e Profissão. 28 (2), 344-361
- Silva, R. D. (2011). A biologização das emoções e a medicalização da vida: contribuições da psicologia histórico-cultural para a compreensão da sociedade contemporânea (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá).
- Silva, P. A. (2013). Análise do uso indiscriminado de psicofármacos na atenção primária em Coromandel/MG: Uma revisão da literatura. (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Minas Gerais).
- VIGOTSKI, L. S. (1929). O manuscrito de 1929: Temas sobre a constituição cultural do homem. Educação & Sociedade: Campinas, 21(71), 2000.